

**SPDM - ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA - HOSPITAL E MATERNIDADE DR. ODELMO LEÃO CARNEIRO**

CNPJ nº 61.699.567/0026-40



**Nota da Administração**

Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, das quais fazem parte o Parecer do Conselho Fiscal da SPDM, o Parecer da Assembleia dos Associados da SPDM e o Relatório dos Auditores Independentes, estamos encaminhando as Demonstrações Contábeis Individuais

da unidade gerenciada: SPDM – Hospital e Maternidade Dr. Odelmo Leão Carneiro. As Atas de Reuniões com o Parecer sobre a aprovação das contas e demonstrativos contábeis emitidos pelo Conselho Fiscal da SPDM, Assembleia Geral de Associados da SPDM e Parecer de Auditoria Independente, serão publicados em conjunto com as Demonstrações

Contábeis Consolidadas da SPDM, até 30 de Abril de 2026.  
São Paulo, 28 de fevereiro de 2026.

**Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira**  
Diretor-Presidente da SPDM

Comparativo dos Balanços Patrimoniais		Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos		Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa				
Exercícios encerrados em 31 de Dezembro 2025 e 2024 - Valores em Reais		Exercícios encerrados em 31 de Dezembro 2025 e 2024 - Valores em Reais		Exercícios encerrados em 31 de Dezembro 2025 e 2024 - Valores em Reais				
	2025	2024	2025	2024	2025	2024		
<b>Ativo</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>(=) Receita Bruta de Serviços</b>	<b>345.130.790,70</b>	<b>512.169.006,05</b>	<b>Fluxo de Caixa das Atividades</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>313.095.549,48</b>	<b>387.646.417,10</b>	<b>Saúde</b>	<b>345.130.790,70</b>	<b>512.169.006,05</b>	Superavit / Deficit do Exercício / Período	0,00	0,00
<b>Saúde com Restrição</b>	<b>313.095.549,48</b>	<b>387.646.417,10</b>	Subvenções Saúde	284.896.687,25	443.995.853,28	Ajustes P/ Conciliar o Resultado as		
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 3.1/3.1.1)	988.219,32	2.413.148,39	Subvenções Saúde com Restrição (Nota 4.1)	284.896.687,25	443.995.853,28	Disponibilidades Geradas Atividades Operacionais	0,00	0,00
Clientes e Outros Recebíveis (Nota 3.2/3.2.1)	304.332.471,44	376.987.805,49	Estrutura SPDM Saúde	1.613.270,57	1.563.579,32	Depreciação e Amortização.	0,00	0,00
Créditos e Contas a Receber (Nota 3.3)	81.198,84	954.956,52	Estrutura SPDM Saúde com Restrição	1.613.270,57	1.563.579,32	Resultado Venda/Baixa Ativos e Passivos	0,00	0,00
Estoque (Nota 3.4)	7.685.606,59	7.289.631,72	Receitas da Imunidade e do Trabalho Voluntário Saúde	56.487.324,87	60.046.451,37	Ajuste Contas Patrimônio Líquido	61.365.763,11	0,00
Despesas Antecipadas (Nota 3.5)	8.053,29	874,98	Receitas da Imunidade e do Trabalho			Saldo Inicial (Ajustes nas Contas Patrimoniais)	0,00	0,00
<b>Ativo não Circulante</b>	<b>1.143.581.429,58</b>	<b>709.733,91</b>	Voluntário Saúde com Restrição (Nota 9/Nota 10)	56.487.324,87	60.046.451,37	Saldo Final (Ajustes nas Contas Patrimoniais)	61.365.763,11	0,00
<b>Saúde com Restrição</b>	<b>1.143.581.429,58</b>	<b>709.733,91</b>	Doações Saúde (Nota 4.3)	28.879,55	224.898,49	Variações Ativos e Passivos	0,00	0,00
Realizável a Longo Prazo (Nota 3.6/3.7)	1.143.581.429,58	709.733,91	Doações Saúde com Restrição	28.879,55	224.898,49	(+) Redução Contas a Receber	-1.070.515.479,96	-216.224.219,72
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.456.676.979,06</b>	<b>388.356.151,01</b>	Receitas Financeiras Saúde	11.734,40	0,00	Saldo Inicial (Contas a Receber)	1.447.503.285,45	376.987.805,49
<b>Passivo</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	Receitas Gerais Saúde	2.092.894,06	6.338.223,59	(+) Redução Outros Créditos	1.172.876,02	-622.936,42
<b>Passivo Circulante</b>	<b>361.515.161,75</b>	<b>189.419.930,26</b>	Receitas Gerais Saúde com Restrição	2.092.894,06	6.338.223,59	Saldo Inicial (Outros Créditos)	1.664.690,43	1.041.754,01
<b>Saúde com Restrição</b>	<b>361.515.161,75</b>	<b>189.419.930,26</b>	<b>Receita Líquida</b>	<b>345.130.790,70</b>	<b>512.169.006,05</b>	Saldo Final (Outros Créditos)	491.814,41	1.664.690,43
Obrigações Trabalhistas (Nota 3.9)	27.196.378,12	26.000.769,36	<b>Custos (Nota 4.2)</b>	<b>-261.803.687,32</b>	<b>-258.629.051,04</b>	(+) Redução Despesas Antecipadas	-7.178,31	761,12
Obrigações Tributárias			<b>Saúde</b>	<b>-173.013.991,73</b>	<b>-165.975.565,07</b>	Saldo Inicial (Despesas Antecipadas)	874,98	1.636,10
e Previdenciárias (Nota 3.10)	8.613.331,42	7.897.008,17	Custos com Pessoal Saúde	-173.013.991,73	-165.975.565,07	Saldo Final (Despesas Antecipadas)	8.053,29	874,98
Fornecedores e			Custos com Pessoal Saúde com Restrição	-173.013.991,73	-165.975.565,07	(+) Redução Estoques	39.743,20	195.191,84
Prestadores de Serviços (Nota 3.11)	23.845.166,52	16.599.618,32	Custos com Pessoas sem Vínculo Empregatício Saúde	-513.435,00	-303.261,25	Saldo Inicial (Estoques)	6.019.098,52	6.214.290,36
Subvenções e Parcerias a Realizar (Nota 3.12)	296.761.532,82	135.949.180,80	Custos com Pessoas sem Vínculo			Saldo Final (Estoques)	5.979.355,32	6.019.098,52
Contas a Pagar (Nota 3.13)	3.392.501,60	1.701.970,41	Empregatício Saúde com Restrição	-513.435,00	-303.261,25	Aumento (-) Fornecedores	7.245.548,20	8.787.274,21
Outras Obrigações com Terceiros (Nota 3.14)	1.706.251,27	1.271.383,20	Custos Administrativos Saúde	-11.087.665,26	-15.168.813,63	Saldo Inicial (Fornecedores)	-16.599.618,32	-7.812.344,11
<b>Passivo não Circulante</b>	<b>1.156.527.580,42</b>	<b>198.936.220,75</b>	Custos Administrativos Saúde com Restrição	-11.087.665,26	-15.168.813,63	Saldo Final (Fornecedores)	-23.845.166,52	-16.599.618,32
<b>Saúde com Restrição</b>	<b>1.156.527.580,42</b>	<b>198.936.220,75</b>	Custos com Mercadorias e Materiais Saúde	-32.167.668,97	-34.004.664,85	Aumento (-) Doações e Subvenções / Contratos	1.112.456.617,62	31.928.179,88
Subvenções e Parcerias a Realizar	951.644.265,60	0,00	Custos com Mercadorias e Materiais Saúde com Restrição	-32.167.668,97	-34.004.664,85	Saldo Inicial (Doações e Subvenções)	-135.949.180,80	-104.021.000,92
Provisões Oriundas de			Imunidade e Trabalho Voluntário Saúde	-45.020.926,36	-43.176.746,24	Saldo Final (Doações e Subvenções)	-1.248.405.798,42	-135.949.180,80
Contingências (Nota 3.15/3.15.1)	204.883.314,82	198.936.220,75	Imunidade e Trabalho Voluntário Saúde com Restrição	-45.020.926,36	-43.176.746,24	Aumento (-) Contas a Pagar e Provisões	9.548.707,27	172.578.500,15
<b>Total do Passivo</b>	<b>1.518.042.742,17</b>	<b>388.356.151,01</b>	<b>Despesas (Nota 4.2)</b>	<b>-83.327.103,38</b>	<b>-253.539.955,01</b>	Saldo Inicial (Provisões)	-234.536.818,69	-61.958.318,54
<b>Patrimônio Líquido (Nota 5)</b>	<b>-61.365.763,11</b>	<b>0,00</b>	<b>Saúde</b>	<b>-83.327.103,38</b>	<b>-253.539.955,01</b>	Saldo Final (Provisões)	-244.085.525,96	-234.536.818,69
Saúde com Restrição	-61.365.763,11	0,00	Despesas com Pessoal Saúde	-29.698.944,39	-196.957.262,98	Aumento (-) Bens de Terceiros	413.975,94	786.120,09
Patrimônio Saúde	-61.365.763,11	0,00	Despesas com Pessoal Saúde com Restrição	-29.698.944,39	-196.957.262,98	Saldo Inicial (Bens de Terceiros Passivo)	413.975,94	786.120,09
Superávit (Déficit) do			Despesas com Pessoas sem Vínculo Empregatício Saúde	-5.460,00	-26.351,13	Saldo Final (Bens de Terceiros Passivo)	0,00	0,00
Período - Saúde (Nota 6)	0,00	0,00	Despesas com Pessoas sem Vínculo			Aumento (-) Passivo Arrendamento	0,00	0,00
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>	<b>1.456.676.979,06</b>	<b>388.356.151,01</b>	Empregatício Saúde com Restrição	-5.460,00	-26.351,13	Saldo Inicial (Passivo Arrendamento)	0,00	0,00
Contas Transitórias e de Compensação	0,00	0,00	Despesas Administrativas Saúde	-29.619.172,78	-27.922.459,59	Saldo Final (Passivo Arrendamento)	0,00	0,00
Compensação Ativo	6.086.010,90	5.682.839,13	Despesas Administrativas Saúde com Restrição	-29.619.172,78	-27.922.459,59	<b>Caixa Líquido Consumido pelas</b>	<b>121.720.573,09</b>	<b>-2.571.128,85</b>
Saúde com Restrição	6.086.010,90	5.682.839,13	Despesas com Mercadorias e Materiais Saúde	-12.319.733,05	-11.601.374,88	<b>Atividades Operacionais</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Compensações (Nota 3.8)	6.086.010,90	5.682.839,13	Despesas com Mercadorias e Materiais Saúde com Restrição	-12.319.733,05	-11.601.374,88	<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Compensação Passivo	6.086.010,90	5.682.839,13	Imunidade e Trabalho Voluntário Saúde	-11.466.398,51	-16.869.705,13	(+) Recebimento pela Venda de Ativo Imobilizado	0,00	0,00
Saúde com Restrição	6.086.010,90	5.682.839,13	Imunidade e Trabalho Voluntário			(-) Aquisições de Imobilizado	0,00	0,00
Compensações (Nota 3.8)	6.086.010,90	5.682.839,13	Saúde com Restrição (Nota 9/10)	-11.466.398,51	-16.869.705,13	(-) Adição de Bens de Terceiros	-413.975,94	-786.120,09
			Despesas Financeiras e Tributárias Saúde	-217.394,65	-162.801,30	(-) Adição de Bens Intangíveis	0,00	0,00
			Despesas Financeiras e Tributárias Saúde com Restrição	-217.394,65	-162.801,30	(-) Direito de Uso	0,00	0,00
			<b>(=) Resultado do Período</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>Caixa Líquido Consumido pelas</b>	<b>-413.975,94</b>	<b>-786.120,09</b>
						<b>Atividades de Investimentos</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2023, 2024 e 2025						
Descrição	Nota 5	Incorporação ao Patrimônio Social	Transferências			Patrimônio Líquido
			Ajustes	Enviadas e Recebidas	Superavit/ (Déficit) do Período	
Saldo 31/12/2023		0	0	0	0	0
Incorporação ao Patrimônio Social		0	0	0	0	0
Realização do APP		0	0	0	0	0
Ajustes		0	0	0	0	0
Transferência para o Patrimônio		0	0	0	0	0
Transferências Enviadas		0	0	0	0	0
Transferências Recebidas		0	0	0	0	0
Superávit / (Déficit) do Período		0	0	0	0	0
Saldo 31/12/2024		0	0	0	0	0
Incorporação ao Patrimônio Social		0	0	0	0	0
Realização do APP		0	0	0	0	0
Ajustes		0	0	0	0	0
Transferência para o Patrimônio		0	0	0	0	0
Transferências Enviadas		0	0	0	0	0
Transferências Recebidas		0	0	0	0	0
Superávit / (Déficit) do Período		0	0	0	0	0
Saldo 31/12/2025		0	0	0	0	0

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado			
Exercícios encerrados em 31 de Dezembro 2025 e 2024 - Valores em Reais			
Descrição	2025	2024	
<b>1. Receitas</b>	<b>345.119.056,30</b>	<b>512.169.006,05</b>	
1.1) Prestação de Serviços	0,00	0,00	
1.2) Subvenções	284.896.687,25	443.995.853,28	
1.3) Outras Receitas	3.735.044,18	8.126.701,40	
1.4) Imunidade sobre Contribuições	56.487.324,87	60.046.451,37	
1.5) (-) EPLCD-ESTIM Perdas Crédito	0,00	0,00	
<b>2. Insumos Adquiridos de Terceiros (ICMS e IPI Inclusos)</b>	<b>83.738.871,51</b>	<b>87.256.663,08</b>	
2.1) Custos dos Insumos com Serviços Prestados	32.167.668,97	34.004.664,85	
2.2) Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	49.185.768,04	50.929.235,18	
2.3) Perda / Recuperação de Valores Ativos	403.171,77	759.183,73	
2.4) Custos / Despesas Diversas	1.982.262,73	1.563.579,32	
<b>3. Valor Adicionado Bruto (1-2)</b>	<b>261.380.184,79</b>	<b>424.912.342,97</b>	
<b>4. Retenções</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
4.1) Depreciação, Amortização	0,00	0,00	
<b>5. Valor Adicionado Líquido</b>	<b>261.380.184,79</b>	<b>424.912.342,97</b>	
<b>6. Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>	<b>11.734,40</b>	<b>0,00</b>	
6.1) Receitas Financeiras	11.734,40	0,00	
<b>7. Valor Adicionado Total (5+6)</b>	<b>261.391.919,19</b>	<b>424.912.342,97</b>	
<b>8. Distribuição do Valor Adicionado</b>	<b>261.391.919,19</b>	<b>424.912.342,97</b>	
8.1) Pessoal e Encargos	203.231.831,12	363.262.440,43	
8.2) Impostos, Taxas e Contribuições	10.663,83	3.624,06	
8.3) Financeira	206.730,82	159.177,24	
8.4) Aluguéis	1.455.368,55	1.440.649,87	
8.5) Imunidade sobre Contribuições	56.487.324,87	60.046.451,37	
8.6) Superávit / Déficit do Período	0,00	0,00	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

imunidade de que trata esta Lei Complementar abrange as contribuições sociais previstas nos incisos I, II e IV do caput do art. 195 e no art. 239 da Constituição Federal, relativas a entidade beneficiária, a todas as suas atividades e aos empregados e demais segurados da previdência social, mas não se estende a outra pessoa jurídica, ainda que constituída e mantida pela entidade à qual a certificação foi concedida. **2 – Apresentações das Demonstrações Contábeis:** Na elaboração das demonstrações financeiras de 2025, a Entidade observou as principais alterações trazidas pela Lei nº 11.638/2007, Medida Provisória nº 449/2008 e Lei nº 11.941/09 que promoveram modificações quanto à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis consolidadas e individuais, antes previstas na Lei nº 6.404/76, que agora passam a ser observadas não apenas pelas sociedades por ações, mas também as empresas de grande porte. A SPDM elaborou suas demonstrações financeiras em observância às melhores práticas contábeis adotadas no Brasil, levando em consideração a adoção de normas contábeis como o Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, que tem por objetivo fornecer informações financeiras sobre a entidade; NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, que trata da contabilização e divulgação de subvenção governamental; e ITG 2002 (R1) – Entidades sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. Em 01.01.2023 a SPDM adotou um Novo Plano de Contas que permite melhorar a divulgação, mensuração e evidência de suas operações, para melhor atender os usuários das demonstrações contábeis e seus stakeholders (bancos, governos, órgãos de fiscalização e controle, auditores externos e colaboradores). Em função dessa mudança, houve a necessidade de implantação de um novo sistema de gestão integrada ERP (Enterprise Resource Planning), que tem por objetivo garantir a eficácia, registro e confiabilidade das operações contábeis e financeiras (backoffice), permitindo a reclassificação dos ativos, passivos, receitas e despesas por: i) natureza do recurso (com ou sem restrição); ii) tipo de verba ou origem do recurso (municipal, estadual ou federal); e iii) por atividade fim (saúde, educação e assistência social), segregando e identificando suas transações financeiras por “centros de custos” e “balanços por projetos”, assegurando que a Entidade possa divulgar e publicar suas demonstrações contábeis em conformidade com as Normas Contábeis para Entidade Sem Fins Lucrativos. A instituição irá fornecer a composição analítica das transferências de saldos e/ou movimentações objeto de reclassificação, para fins de auditoria das demonstrações contábeis. **2.1 – Formalidade da Escrituração Contábil – ITG 2000 (R1) e CTG 2001 (R3):** As demonstrações contábeis individuais da SPDM foram elaboradas em conformidade com a Norma Contábil ITG 2000 (R1), que estabelece critérios e procedimentos a serem adotados pela entidade para a escrituração contábil de seus fatos patrimoniais, por meio de qualquer processo, bem como a guarda e a manutenção da documentação e de arquivos contábeis e a responsabilidade do profissional da contabilidade; e CTG 2001 (R3) que define as formalidades da escrituração contábil em forma digital para fins de atendimento ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). A entidade apre-



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/Autenticidade>, sob o número 320260427285606554.



continuação <b>SPDM - ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA - HOSPITAL E MATERNIDADE DR. ODELMO LEÃO CARNEIRO</b> CNPJ nº 61.699.567/0026-40		
<p>próprias, conforme disposto no artigo 14, Inciso X, da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001. A partir do exercício de 2.019, com o êxito da ação referente ao reconhecimento da imunidade tributária com relação ao recolhimento do PIS, a Entidade passou a reconhecer em sua Demonstração do Resultado (DRE), o valor do benefício fiscal usufruído referente ao PIS sobre a folha de pagamento. Desta forma, para continuar cumprindo o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE as imunidades usufruídas (COFINS, PIS sobre a folha de pagamento e INSS Patronal sobre a folha de pagamentos sobre serviços próprios e de terceiros Pessoa Física). Os montantes das imunidades usufruídas durante o exercício de 2025 se encontram registrados em conta específica de receita e despesa que totalizou R\$ 56.471.427,39 (Cinquenta e seis milhões, quatrocentos e setenta e um mil, quatrocentos e vinte e sete reais e trinta e nove centavos). <b>9.1-Imunidade da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados.</b> Conforme descrito no item 9 - Contribuições Sociais, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei complementar 187/2021, a Entidade usufruiu no exercício de 2025, da imunidade da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica montante de R\$ 46.138.492,50 (Quarenta e seis milhões, cento e trinta e oito mil, quatrocentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos). Em 2024, a referida imunidade, que também se encontra registrado em conta específica de receita, totalizou R\$ 45.019.500,20 (Quarenta e cinco milhões, noventa e nove mil, quinhentos reais e vinte centavos). <b>9.2-Imunidade da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros.</b> A Imunidade</p>	<p>da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros Pessoa Física. Tal imunidade se encontra registrada em conta específica de receitas, sendo que no exercício de 2025 atingiu um montante de R\$ 103.779,00 (Cento e três mil, setecentos e setenta e nove reais). Em 2024, o referido valor de receita totalizou R\$ 65.922,48 (Sessenta e cinco mil, novecentos e vinte e dois reais e quatrocentos e oito centavos). <b>9.3-Imunidade da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).</b> A imunidade da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2025 foi de R\$ 8.546.900,63 (Oito milhões, quinhentos e quarenta e seis mil, novecentos reais e sessenta e três centavos). Tomando-se por base os recursos recebidos em 2024, esse montante foi de R\$ 13.319.875,61 (Treze milhões, trezentos e noventa e nove mil, oitocentos e setenta e cinco reais e sessenta e um centavos). <b>9.4-Imunidade para o PIS sobre a Folha de Pagamento (PIS - Fopag).</b> A Entidade usufruiu da imunidade do Programa Integração Social (PIS) sobre a folha no ano de 2025 o montante de R\$ 1.682.255,26 (Um milhão, seiscentos e oitenta e dois mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e vinte e seis centavos). Em 2024, o valor de R\$ 1.631.319,70 (Um milhão, seiscentos e trinta e um mil, trezentos e noventa e seis centavos). <b>10-Trabalho voluntário.</b> Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral ITG 2002 (R1) – Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 (R1) encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das en-</p>	<p>tidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outro de prestadores de serviços voluntariado. Para o cálculo da remuneração que seria devida, a Entidade toma por base o número de Conselhos, o de Conselheiros e o tempo dedicado à atividade por cada um. Tomando como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegou-se ao montante devido no mês, o qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período. Para os demais trabalhos voluntários a valorização é feita pelo valor da hora da categoria a que pertence o voluntário. Em 2025, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 2.652,36 (Dois mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos); enquanto os outros trabalhos voluntários totalizaram R\$ 13.245,12 (Treze mil, duzentos e quarenta e cinco reais e doze centavos). Em 2024, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 2.422,42 (Dois mil, quatrocentos e vinte e dois reais e quarenta e dois centavos); enquanto os outros trabalhos voluntários R\$ 7.410,96 (Sete mil, quatrocentos e dez reais e noventa e seis centavos). <b>11-Exercício Social.</b> Conforme estabelece o art. 50 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.</p>
<p><b>Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor Presidente da SPDM</b></p>	<p><b>Dra. Cristiane Ribeiro Ambrosio - Diretora Técnica</b></p>	<p><b>Érica Cristina da Silva - Contador - CRC-MG 093492/O-1</b></p>
<p><b>Relatório dos Auditores Independentes</b></p>		
<p><b>Opinião sobre as demonstrações contábeis:</b> Examinamos as demonstrações contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (Hospital e Maternidade Dr. Odelmo Leão Carneiro) que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. <b>Base para opinião:</b> Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. <b>Ênfase: Patrimônio líquido negativo e insuficiência de capital circulante líquido:</b> Devido ao Hospital ter apresentado ajustes ou déficits operacionais acumulados em período anteriores resultou na existência de um "Patrimônio Líquido Negativo" e ainda, índice negativo no CCL – Capital Circulante Líquido. As Demonstrações Contábeis mencionadas no primeiro parágrafo acima foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da entidade. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. <b>Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:</b> Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada,</p>	<p>em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. <b>Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:</b> A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. <b>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:</b> Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a</p>	<p>fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.</p>
<p>Uberlândia/MG, 31 de dezembro de 2025.</p>		
<p>São Paulo - SP, 02 de abril de 2026.</p>		
<p><b>AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS</b> <b>CRC/SP 2SP 024298/O-3</b> Ivan Roberto dos Santos Pinto Júnior Contador CRC/RS 058.252/O-1 - CVM 7.710/04 - CNAI-RS-718</p>		
<p>Página 3 de 3</p>		



**Você sabia?**

A Agência Minas é o **canal oficial** para divulgação de reportagens, sugestões de pauta para a imprensa, matérias de rádio, galerias de fotos, entre outros conteúdos relacionados ao Governo do Estado.

Saiba mais em:  
[www.agenciaminas.mg.gov.br](http://www.agenciaminas.mg.gov.br)

Acompanhe também pelas **redes sociais do Governo:**

 /governomg





Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/Autenticidade>, sob o número 320260427285606556.